



Senado aprova proposta para combater ao bullying na escola

Instituições de ensino deverão promover medidas de prevenção a qualquer forma de violência e incentivar a cultura da paz, determina projeto que segue para a sanção presidencial

O Plenário aprovou ontem um projeto de lei que inclui entre as atribuições das escolas a promoção da cultura da paz e a adoção de medidas de conscientização, prevenção e combate a diversos tipos de violência, especialmente a intimidação sistemática (bullying).

A relatora do texto em Plenário, Simone Tebet, defendeu a aprovação da proposta. Ela citou estudo que mostra que quase 70% dos jovens dizem ter presenciado agressões na escola. O texto segue para a sanção presidencial.

Os senadores também autorizaram uma operação de crédito de US\$ 250 milhões para o Ministério da Educação. Os recursos devem ser investidos no programa de apoio à implantação do novo ensino médio. O valor total estimado para o programa é de US\$ 1,5 bilhão, para ações como a ampliação do ensino integral.

Outra proposta aprovada ontem pelo Plenário inclui o tema educação alimentar e nutricional nos currículos dos ensinos fundamental e médio. O projeto volta para a análise da Câmara. **3**



Marcos Oliveira/Agência Senado

Simone Tebet defende o projeto em Plenário e ressalta que, além de trazer sofrimento, o bullying prejudica aprendizado



Pedro Franco/Agência Senado

Valadares (à tribuna) é autor de proposta de marco para proteção de dados pessoais que foi debatida em sessão temática

Órgão de defesa de dados é necessário, aponta sessão

Em sessão temática no Plenário ontem, especialistas defenderam a criação de uma autoridade nacional independente para proteger

informações de consumidores e usuários da internet, com poderes para aplicar a legislação e sanções aos infratores, atuar de forma preventiva e

oferecer incentivo ao bom comportamento. A sessão debateu o projeto que cria um marco regulatório de proteção de dados pessoais. **5**

Projeto proíbe uso de plástico não biodegradável em descartáveis

Proposta que prevê a retirada gradual do plástico da composição de pratos, copos e talheres descartáveis foi aprovada na Comissão de Meio Ambiente e segue para a de Assuntos Econômicos. Pelo texto, em dez anos o plástico deverá ser substituído por biodegradáveis. **6**

Indicação de diretora para o Banco Central é aprovada

A indicação da servidora de carreira Carolina de Assis Barros para ocupar o cargo de diretora de Administração do Banco Central foi aprovada ontem com 52 votos favoráveis e 1 abstenção. Pela manhã, Carolina foi sabatinada na Comissão de Assuntos Econômicos. **4**

CPI dos Cartões de Crédito já tem presidente e relator definidos

A CPI dos Cartões de Crédito foi instalada ontem. Ataídes Oliveira foi eleito presidente do colegiado e Dário Berger, vice. A relatoria ficou com Fernando Bezerra Coelho, que anunciou a apresentação do plano de trabalho para a próxima semana. **2**

Brasil e Paraguai vão construir ponte juntos **8**

Ministro garante obras na BR-364 em Rondônia **7**

Fim de selo de transgênicos é aprovado em comissão

A Comissão de Meio Ambiente aprovou projeto que determina a retirada do triângulo amarelo com a letra T, que hoje deve ser colocado nas embalagens dos alimentos geneticamente modificados.

Os produtos com quantidade superior a 1% de transgênicos em sua composição ainda deverão ser identificados com frases legíveis no rótulo. O projeto segue para a Comissão de Transparência. **6**

Norma atual determina que um triângulo com a letra T indique presença de transgênico



Elzo Fíziro/ABR

Plenário analisa competências do BC e do Cade **4**

Encartado nesta edição, informativo sobre a LDO

CPI dos Cartões de Crédito define presidente e relator

Ataídes Oliveira e Fernando Bezerra Coelho prometem levantar as causas do que consideram cobrança abusiva de juros pelas operadoras e atuar para mudar o cenário para consumidores e empresários

A COMISSÃO PARLAMENTAR de Inquérito (CPI) dos Cartões de Crédito foi instalada ontem. Ataídes Oliveira (PSDB-TO), autor do requerimento de criação da CPI, foi eleito presidente e Dário Berger (PMDB-SC), vice-presidente do colegiado — que visa investigar os juros cobrados pelas empresas operadoras de cartão de crédito.

A relatoria ficou a cargo de Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE), que anunciou a apresentação do plano de trabalho já na próxima semana. Ele disse ainda que a CPI será um instrumento legítimo de pressão para aproximar a economia do país à realidade

de outras economias mais avançadas.

— A cobrança de juros abusivos é uma questão relevante e importante, que merece a atenção do Senado. Sei que esta comissão vai despertar o interesse da sociedade.

Na visão de Dário Berger, o trabalho da CPI não será “a investigação pela investigação”, mas um trabalho para entender quais as verdadeiras razões para que os juros dos cartões de crédito sejam tão altos. Um dos pontos a serem debatidos, disse, é a razão de o governo não atuar para que os bancos públicos tenham uma taxa de juros mais baixa e acessível.

Ataídes afirmou que a CPI vai buscar “jogar luz” sobre a cobrança exagerada de juros. Ele lembrou que em 2016 as operadoras cobraram, em média, uma taxa de 494% ao ano, enquanto a taxa anual da Selic estava em 8,5%. Já no ano passado, a média dos juros anuais dos cartões ficou em 334%, diante de uma taxa Selic de 6,75%. Conforme informou o senador, a maioria dos países vizinhos do Brasil cobra a média anual de 40%.

Lucro

Ataídes mostrou uma série de números para destacar o grande lucro dos bancos e reclamou da falta de crédito para os empresários.

— É nesse ambiente que a CPI vai trabalhar, para conhecer com profundidade o cenário da cobrança dos juros e buscar soluções — declarou.

Além de Ataídes Oliveira, Dário Berger e Fernando Bezerra Coelho, os senadores Lindbergh Farias (PT-RJ), Wilder Morais (DEM-GO), Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e Eduardo Lopes (PRB-RJ) serão titulares da comissão.



Na comissão, Bezerra, Ataídes e Dário são relator, presidente e vice

Senado aprova grupo para integrar Brasil e Arábia Saudita

A criação do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Reino da Arábia Saudita foi aprovada ontem pelo Plenário. O grupo funcionará como serviço de cooperação interparlamentar, a ser integrado por membros do Congresso que quiserem aderir. A finalidade é incentivar e desenvolver as relações bilaterais entre os Legislativos dos dois países. O projeto vai à promulgação.

O autor do PRS 11/2018, Fernando Collor (PTC-AL), destacou que a Arábia Saudita é o principal parceiro comercial do Brasil no Oriente Médio e no Norte da África, sendo o segundo maior fornecedor de petróleo ao Brasil.

Cássio pede homenagem do Senado a Humberto Lucena

O presidente em exercício do Senado, Cássio Cunha Lima, registrou ontem os 20 anos da morte de Humberto Lucena. Advogado, integrante do PMDB da Paraíba, Lucena presidiu o Senado duas vezes ao longo de 43 anos de vida parlamentar: entre 1987 e 1989 e entre 1993 e 1995. O político faleceu em 13 de abril de 1998, aos 69 anos de idade.

Cássio sugeriu à Casa homenagear Lucena com uma ala no Senado ou um espaço físico do prédio, como reconhecimento ao seu trabalho.

— Era um homem de partido, de fortes convicções democráticas, foi um dos grandes lutadores pela redemocratização do Brasil.

Presidente da CNI destaca prioridades da indústria

O presidente em exercício do Senado, Cássio Cunha Lima, recebeu ontem o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade. O senador Armando Monteiro (PTB-PE) também participou da reunião, que tratou de projetos sobre microeconomia.

De acordo com Andrade, é muito importante neste momento que o Congresso aprove matérias para melhorar o ambiente de negócios.

— São projetos que já estão na pauta do Senado e que podem ser votados em comissões e pelo Plenário para que

a economia possa destravar e assim continuar em uma trilha de crescimento.

O presidente da CNI pediu ainda a votação do projeto que adota um marco mais amplo para a desconsideração da personalidade jurídica.

O texto (PLC 69/2014) define quando e como os bens particulares dos sócios podem ser executados em ações judiciais ou em processos administrativos.

Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado



Andrade pede a Cássio destaque para projetos que destravam economia

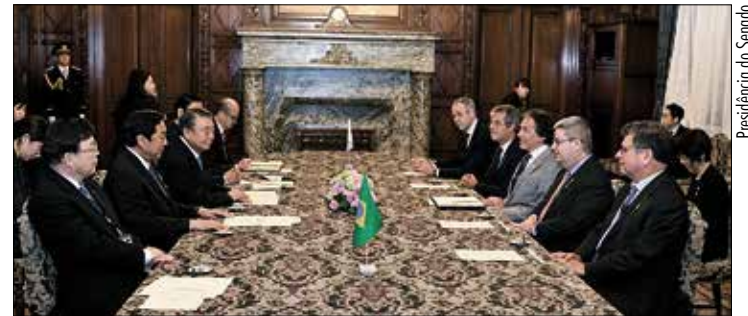
Eunício reúne-se com presidentes das Casas legislativas japonesas

Em viagem oficial ao Japão, o presidente do Senado, Eunício Oliveira, encontrou-se com o presidente da Câmara dos Conselheiros, o Senado japonês, Chuichi Date, e da Câmara dos Representantes, a Câmara dos Deputados, Tadamori Oshima. A cooperação econômica e a intensificação das relações humanas entre

Brasil e Japão foram o tema das conversas.

Eunício também se reuniu como vice-primeiro ministro, ministro das Finanças e presidente da Liga Parlamentar Brasil-Japão, Taro Aso, e falaram sobre as oportunidades de investimento no Brasil.

Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado



Congressistas japoneses com Eunício, Viana e Anastasia (D, ao centro)

Aprovado Dia de Celebração da Amizade Brasil-Argentina

O Plenário aprovou ontem emenda proposta pela Câmara dos Deputados ao projeto do ex-senador Marcelo Crivella, atual prefeito do Rio de Janeiro, que cria o Dia de Celebração da Amizade Brasil-Argentina, a ser comemorado anualmente em 30

de novembro (ECD 1/2009).

A emenda suprime o artigo 2º do projeto (PLS 55/2005), que atribuía ao Poder Executivo a adoção de medidas destinadas à difusão e à comemoração da data. A matéria agora segue para sanção da Presidência da República.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois da ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

ERRATA

A audiência da CMA sobre a gestão do Pantanal foi feita na Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, em Campo Grande, diferentemente do que informamos ontem.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CAS Acuidade visual

9h Entre 15 itens, o PLC 214/2015, que obriga o exame no ensino fundamental.

CDR Produtores de cacau

9h Audiência sobre endividamento dos produtores de cacau da Bahia.

CCJ Fuga de prisão

10h O PLS 157/2016, que aumenta a pena para fuga de prisão com uso de violência está na pauta, com outros 26 itens.

CE Universidades

10h Audiência sobre propósito das universidades. Serão ouvidos representantes do MEC e professores.

CTEC Conclusão de obras

11h Na pauta, o PLS 326/2017, que prioriza orçamento para conclusão de obras.

CAE Rota Latino-Americana

14h Audiência discute viabilidade econômica da rota de integração.

CDH Brinquedos adaptados

14h Na pauta, o PLS 382/2011, sobre brinquedos para crianças com deficiência, e outros 19 itens.

MP 820/2018 Venezuelanos

14h Audiência com a OIT, entre outras.

PLENÁRIO Sessão deliberativa

14h O PLS 428/2017 — Complementar, sobre o Plano de Revisão Periódica de Gastos, está na pauta.

CÓDIGO COMERCIAL Autorregulação

14h30 Audiência sobre autorregulação, soluções de conflitos e títulos de crédito.

MP 821/2018 Ministério da Segurança

15h Votação do plano de trabalho.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

Projeto para combate ao bullying segue à sanção

Escolas brasileiras terão que promover a cultura de paz e adotar medidas de prevenção a toda forma de violência, determina proposta aprovada pelo Plenário do Senado

OS SENADORES APROVARAM ontem, em votação simbólica, um projeto de lei que inclui entre as atribuições das escolas a promoção da cultura da paz e de medidas de conscientização, prevenção e combate a diversos tipos de violência, como o bullying. A proposta segue para sanção presidencial.

O PLC 171/2017, da deputada Keiko Ota (PSB-SP), altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para incrementar o combate a todas as formas de violência nas escolas, reforçando a Lei de Combate ao Bullying (Lei 13.185, de 2015).

A relatora da proposta em Plenário, Simone Tebet (PMDB-MS), informou que dados do *Diagnóstico Parti-*

cipativo das Violências nas Escolas, feito em 2016 pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais em parceria com o Ministério da Educação, apontam que 69,7% dos jovens dizem ter visto algum tipo de agressão na escola (verbal ou física), discriminação, bullying, furto, roubo ou ameaças.

Efeitos negativos

Para a senadora, o projeto complementa a Lei de Combate ao Bullying. Ela observou que esse é um mal enfrentado atualmente por crianças e adolescentes. “Além do sofrimento causado à vítima, estudos comprovam que a violência também tem efeitos negativos sobre o desempenho escolar dos estudantes”, afirma Simone.

O projeto acrescenta dois

incisos à LDB para determinar que todos os estabelecimentos de ensino tenham como incumbência promover medidas de conscientização, prevenção e combate a todos os tipos de violência, especialmente a intimidação sistemática (bullying),

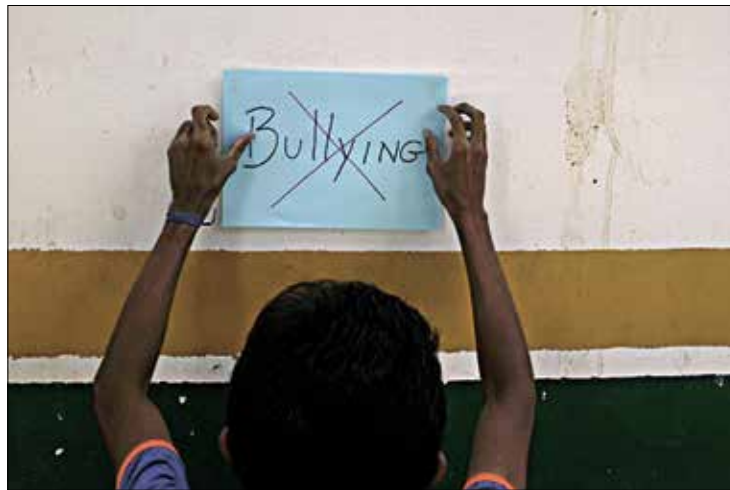
e estabelecer ações destinadas a promover a cultura de paz.

Ao defender a aprovação do texto, Marta Suplicy (PMDB-SP) afirmou que violências praticadas nas escolas contra crianças e adolescentes podem acarretar efeitos negativos no

desenvolvimento das vítimas e trazer prejuízos “para o resto da vida” dessas pessoas.

A senadora também pediu celeridade na análise do PLC 76/2011, que trata da obrigatoriedade da assistência psicológica a educadores e educandos da educação básica. A proposta está na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Marta lembrou ainda que a Lei de Combate ao Bullying criou o Programa de Combate à Intimidação Sistemática, que prevê, entre outros objetivos, a realização de campanhas de conscientização, a criação de práticas de conduta, a orientação de pais e responsáveis para a identificação de vítimas e agressores e a assistência psicológica, social e jurídica aos envolvidos em agressões.



Quase 70% dos jovens dizem ter visto agressão na escola, mostra estudo

Autorizado empréstimo para novo ensino médio

Foi aprovada em Plenário autorização de operação de crédito externo para o Ministério da Educação (MEC), de até US\$ 250 milhões, para investimentos no Projeto de Apoio à Implantação do Novo Ensino Médio. O texto vai à promulgação.

O valor total estimado pelo ministério para as ações do programa é de US\$ 1,5 bilhão, orçamento já previsto para a pasta. Desse total, US\$ 250 milhões poderão ser financiados em cinco anos pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), sendo US\$ 221 milhões para o Programa para Resultados, com a implementação dos novos currículos do ensino médio e a implementação

do ensino médio integral. Os US\$ 29 milhões restantes serão destinados à assistência técnica para capacitação do MEC e das secretarias estaduais de Educação.

O ministério explicou que o programa vincula os repasses do empréstimo ao alcance de resultados, medidos por indicadores que serão acordados entre o MEC e o Bird. Entre os objetivos do programa, estão o aumento no número de jovens até 19 anos que tenham concluído o ensino médio, o aumento do número de unidades da Federação que elevaram a nota da Prova Brasil/Saeb no terceiro ano do ensino médio e o aumento no número de unidades da Federação com capacidade

institucional adequada para implantação do novo ensino médio.

Mais cedo, o projeto foi aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) com parecer favorável de Pedro Chaves (PRB-MS), que considerou a proposta uma das mais importantes já analisadas, por garantir 500 mil alunos em tempo integral nas escolas.

Ele detalhou o cronograma de liberação dos recursos: US\$ 45 milhões em 2018, US\$ 59 milhões em 2019, US\$ 56 milhões em 2020, US\$ 45 milhões em 2021 e US\$ 45 milhões em 2022. O pagamento da dívida se dará em prestação única com vencimento em 15 de dezembro de 2037.

Aprovada inclusão da educação alimentar no currículo escolar

A educação alimentar e nutricional deverá ser incluída na disciplina de ciências no currículo do ensino fundamental e na de biologia no ensino médio, segundo projeto aprovado ontem em Plenário. O PLC 102/2017 foi aprovado na forma de substitutivo do relator, Pedro Chaves (PRB-MS). Como foi alterado no Senado, o projeto volta para análise da Câmara.

O senador transformou o projeto em um artigo a ser incluído na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394, de 1996), que trata do currículo da educação básica.

A intenção do autor do projeto, deputado Lobbe

Neto (PSDB-SP), é reduzir a obesidade infantil e assegurar informações sobre alimentação saudável aos cidadãos desde novos. Para Chaves, o tema é de grande importância, pois adultos com pouca formação ou com hábitos alimentares inadequados terminam por reforçar o interesse de crianças e adolescentes por uma dieta pouco nutritiva.

Marta Suplicy (PMDB-SP) disse esperar uma mudança de hábitos por meio da escola, que possa levar também à escolha de uma alimentação mais nutritiva para toda a família.

As novas regras entram em vigor 180 dias depois da sanção.

Plenário adia votação sobre pagamento de lotéricos pela Caixa

Foi adiada a votação do requerimento de urgência para o projeto de lei que reajusta valores pagos pela Caixa Econômica aos permissionários lotéricos pelo recebimento de boletos e outros convênios. O adiamento foi um pedido do relator, Romero Jucá (PMDB-RR), que quer tentar um acordo sobre o texto (PLC 1/2018).

Jucá explicou que a atualização dos valores é uma reivindicação dos lotéricos e correspondentes bancários. Eles alegam que a taxa paga pela Caixa por operação é baixa. A Caixa, por sua vez, diz que, se o texto for votado como veio da Câmara, empresas como as companhias de energia e de água deixariam de usar os correspondentes bancários.

Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), que presidia a sessão,

concordou com o adiamento da votação para tentar um entendimento, mas lembrou que, em muitas cidades do Nordeste, as lotéricas são as únicas alternativas da população, já que não existem bancos.

— Muitas das agências foram fechadas pelos problemas crescentes de segurança pública, como assaltos às agências e estouros de caixas eletrônicos. Então, a população se serve única e exclusivamente dos correspondentes lotéricos — lembrou o senador.

Urgências

O Plenário aprovou ainda requerimentos de urgência na tramitação de quatro propostas. A primeira é o PLS 428/2017 — Complementar, que obriga o governo a enviar ao Congresso anualmente um

Plano de Revisão Periódica de Gastos para servir de base para avaliar a continuidade ou não de programas.

A proposta, de José Serra (PSDB-SP), determina que o plano de gastos seja encaminhado junto com a mensagem e o plano de governo que o presidente é obrigado a enviar ao Congresso na abertura de cada sessão legislativa.

Já o PLS 350/2015 — Complementar organiza as competências do Banco Central e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) na proteção à concorrência do sistema financeiro. A proposta, de Antonio Anastasia (PSDB-MG), foi apresentada para resolver as divergências, principalmente nos casos de fusões e aquisições de bancos.

Também ganhou urgência o Projeto de Lei da Câmara

(PLC) 69/2014, que estabelece regras e detalha ritos processuais para responsabilização de sócios que usarem a empresa para a prática de fraudes ou atos abusivos, buscando proveito próprio.

Outra proposta a tramitar com urgência será o PLS 51/2015, que quebra a exclusividade no abastecimento de água por concessionárias públicas. O texto regula o abastecimento por alternativas, tais como água de reúso e água de chuva.

Seguro-defeso

O Plenário deve discutir hoje o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 29/2018, que susta a Portaria 78/2017, da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Os senadores aprovaram o

requerimento nesse sentido de Cássio, autor do projeto.

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) apoiou a medida e pediu que a sustação da portaria ministerial fosse estendida aos estados da Amazônia.

Cássio esclareceu que o projeto susta a portaria na integralidade, fazendo valer as regras anteriores para pagamento do seguro.

— Por esta razão, com o cuidado e o zelo que a matéria exige, eu não apenas estou propondo, através do decreto legislativo, sustar os efeitos da Portaria 78, mas eu estou repristinizando, eu estou trazendo de volta a antiga portaria que regulamentou a pesca no Brasil durante muito tempo — afirmou.

Com a urgência, as propostas passam a constar na ordem do dia de hoje.

Senado aprova nova diretora do Banco Central

Carolina de Assis Barros, atual chefe do Departamento de Comunicação do banco, ocupará agora a Diretoria de Administração. Ela defende a autonomia da instituição

O PLENÁRIO APROVOU ontem a indicação da servidora de carreira Carolina de Assis Barros para a ocupar o cargo de diretora de Administração do Banco Central (BC). A mensagem com o nome de Carolina recebeu 52 votos favoráveis e 1 abstenção.

Formada em administração de empresas com habilitação em comércio exterior, Carolina dedicou os últimos 17 anos de vida profissional ao trabalho no Banco Central. Foi chefe de gabinete da Presidência do BC, função que ocupou cumulativamente com a posição de secretária-executiva da instituição. Desde setembro de 2012, é chefe do Departamento de Comunicação do banco.

A servidora foi sabatinada pelos senadores na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) ontem pela manhã.

Na CAE, a indicação foi aprovada por unanimidade. Durante a sabatina, em resposta a Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), que perguntou



Comissão de Assuntos Econômicos sabatina a servidora do BC Carolina de Assis Barros, ao lado de Tasso Jereissati

sobre a autonomia do Banco Central, ela defendeu tornar lei o que hoje é decreto.

— Temos autonomia de fato. Falta-nos autonomia de direito. A autonomia que dispomos hoje é basicamente para fazer o manejo da Taxa Selic de forma a alcançar a meta definida pelo Copom [Comitê de Política Monetária]. O mandato fundamental do banco tem que ser a estabilidade de preços. Sem estabilidade

de preços não vamos conseguir gerar emprego e renda de forma sustentável — argumentou.

Indagada por Armando Monteiro (PTB-PE) sobre criptomoedas como *bitcoin*, Carolina fez um alerta sobre possíveis riscos das transações com moedas virtuais.

— O Banco Central tem participado de debates internacionais. A discussão do momento é o que fazer

com o *bitcoin*. Devemos ou não regular? A compra de *bitcoin* envolve remessa de dinheiro para o exterior. Não existe anonimato no sistema financeiro. Precisamos tomar cuidado com possíveis irregularidades porque podemos ser responsabilizados por elas.

A relatora da indicação, Simone Tebet (PMDB-MS), quis saber a opinião da servidora sobre *spread* bancário — a diferença entre a remuneração

paga pelo banco ao aplicador e o quanto a instituição cobra para emprestar o mesmo dinheiro.

Spread

De acordo com Carolina, o BC está empenhado na queda real das taxas de juros e dos *spreads*:

— O presidente do banco, Ilan Goldfajn, esteve aqui no Senado e pôde explicar que as taxas de juros e os *spreads* vêm caindo, mas não na velocidade que gostaríamos. Gostaríamos que essas quedas fossem mais facilmente percebidas pelas famílias — sustentou.

Carolina será a primeira mulher a integrar a diretoria do BC desde 2010. Simone observou que a presença feminina ainda é pequena tanto na iniciativa privada quanto em cargos do alto escalão do governo. Ela enfatizou que o banco tem ações afirmativas internamente que incentivam a progressão de mulheres a cargos importantes.

Projeto que define competências do Cade e do Banco Central segue ao Plenário

Um projeto que organiza as competências do Banco Central e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) na proteção à concorrência do sistema financeiro foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O PLS 350/2015 — Complementar será votado em Plenário em regime de urgência.

A proposta busca resolver as divergências sobre a competência dos dois órgãos, principalmente nos casos de fusões e aquisições de bancos e instituições similares.

— O acordo feito com os dois órgãos, sobre limites de competência, diz que quando forem questões prudenciais, que envolvam risco sistêmico, a última palavra é do Banco Central, porque diz respeito à segurança do sistema. Mas quando se tratar de matéria em que se identificam práticas abusivas com tarifa, preço, comprometimento da concorrência, o Cade poderá atuar de forma autônoma — explicou o relator substituto, senador Armando Monteiro (PTB-PE).

A divergência sobre a quem compete esse controle chegou

a ser analisada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). A decisão foi que a competência para análise dos atos de concentração relacionados ao Sistema Financeiro Nacional (SFN) seria exclusiva do Banco Central.

Substitutivo

O texto original do projeto, de Antonio Anastasia (PSDB-MG), determina como competência do Cade investigar e punir condutas anticoncorrenciais praticadas por instituições financeiras, tais como cartéis e acordos de

exclusividade. Pelo texto, nos casos em que houvesse risco sistêmico ao SFN, o Banco Central poderia intervir.

O texto aprovado é um substitutivo de Gleisi Hoffmann (PT-PR) que reproduz as regras de um memorando de entendimento assinado entre o Banco Central e o Cade em fevereiro de 2018 para harmonizar os processos de análise de atos de concentração e conferir maior previsibilidade a eles.

No substitutivo, Gleisi propõe a dupla decisão sobre aspectos concorrenciais no âmbito do SFN. Tanto o Banco

Central quanto o Cade atuarão, de forma independente e com processos separados, na análise dos atos de concentração que envolvam instituições financeiras. Com isso, só poderão ser concretizadas as operações aprovadas pelas duas instituições.

Pelo substitutivo, o conselho e o BC decidirão de forma independente sobre infrações que envolvam instituições sujeitas à supervisão ou a vigilância do BC. É o caso de bancos, agências de fomento, corretoras, administradoras de consórcio e corretoras de câmbio.

Governo poderá enviar revisão de gastos ao Congresso

O governo deverá enviar ao Congresso anualmente um Plano de Revisão Periódica de Gastos, que servirá de base para avaliar a continuidade ou não de programas. É o que determina o PLS 428/2017 — Complementar, de José Serra (PSDB-SP), aprovado ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O projeto, que tem regime de urgência para votação em Plenário, determina que o plano de gastos passará a ser encaminhado com a mensagem e o plano de governo que o presidente é obrigado a enviar ao Congresso, por determinação constitucional, na abertura de cada sessão legislativa.

A ideia de Serra é que o plano possa servir de base para decisões sobre o financiamento

de programas e projetos na administração pública federal, com identificação de ganhos de eficiência na execução de políticas públicas.

“Essa seria a oportunidade em que o presidente da República apresentaria ao Congresso a situação das contas públicas e as medidas legislativas necessárias para garantir sustentabilidade fiscal aos programas do governo federal”, defende o senador.

No plano, deverá constar a avaliação da economicidade e sustentabilidade fiscal do conjunto das políticas públicas e programas governamentais, e, isoladamente, das políticas públicas e programas mais relevantes, incluindo renúncias e incentivos fiscais.

Além disso, as análises e

diagnósticos deverão ser considerados na elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual.

De acordo com o senador, diversos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) já institucionalizaram tais planos.

Para o relator, senador Armando Monteiro (PTB-PE), o Plano de Revisão Periódica de Gastos inova ao conferir maior preocupação com os impactos fiscais das políticas públicas.

— É um avanço do ponto de vista institucional. É uma forma inteligente de construir espaços nos orçamentos, que hoje são tão engessados, de forma a fazer economia e zelar por maior eficiência do gasto público — avaliou o relator.

Avança compensação maior para Guaíra por construção de Itaipu

Mais recursos para o município de Guaíra (PR) como compensação pela construção da Usina de Itaipu. Foi o que decidiu a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) ao aprovar ontem uma proposta que destina à cidade 8% do total dos royalties que a usina repassa aos entes federados afetados por sua construção. O PLC 94/2015 segue ao Plenário.

O repasse é proporcional à extensão de áreas submersas pelo lago e à quantidade de energia gerada mensalmente. Hoje Guaíra recebe 1,85% do total destinado aos municípios.

— Os municípios inundados pelo lago concordaram em ceder. Eles concordaram que uma parte pudesse ser destinada ao

município, prejudicado por todo esse tempo. Agora, por meio desse projeto, se faz justiça — disse o relator, Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE)

De acordo com o autor do projeto, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), Guaíra foi a cidade mais afetada por Itaipu. Embora não tenha sido alagada uma grande área, ela foi prejudicada devido à perda do Salto de Sete Quedas, um dos pontos turísticos mais conhecidos do país na época e responsável por boa parte da receita municipal. Com isso, teve queda de arrecadação e jamais obteve compensação compatível com o prejuízo. Outras 15 cidades tiveram perdas apenas de áreas agricultáveis.



Relator, Ferrazo diz que está trabalhando em uma proposta alinhada às mais modernas leis sobre a questão

Especialistas pedem criação de órgão de defesa de dados

Participantes de sessão temática no Plenário querem que seja instituída uma autoridade nacional independente para regular a proteção de informações sobre consumidores e usuários da internet

ESPECIALISTAS DEFENDE-
RAM A criação de uma autoridade nacional independente para proteger informações de consumidores e usuários da internet. O assunto foi debatido ontem numa sessão temática no Plenário, para instruir a votação do PLS 330/2013, que cria um marco regulatório de proteção de dados pessoais.

Ricardo Ferrazo (PSDB-ES) é o relator da matéria, de autoria de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). Ferrazo mostrou-se a favor da criação da autoridade nacional de proteção de dados, mas lembrou que o Poder Legislativo não pode invadir a competência do Executivo:

— Se tivermos um marco legal e não tivermos uma autoridade que possa atuar no cumprimento dessa norma, estaremos construindo uma letra fria. De fato, há a controvérsia se temos ou não iniciativa de propor uma nova estrutura administrativa, mas podemos recomendar a criação para que o Executivo adote uma medida dessa natureza — afirmou.

Autoridade

O diretor do Departamento de Defesa e Segurança da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), Rony Vainzof, também apoiou a ideia.

— Caso essa legislação nasça sem uma autoridade do setor, ela será manca e provavelmente sem eficácia. Além disso, uma lei que estabeleça sanções administrativas sem identificar quem vai aplicá-las pode ser um convite para imposição de multas injustas. A ausência de uma autoridade também impedirá o Brasil de se adequar às normas de

outros países — afirmou.

Ainda para a Fiesp, a autoridade prevista na lei deve ser única, central, dotada de independência financeira e operacional e formada por um corpo técnico especializado.

Independência

Pesquisador da Rede Latino-Americana de Estudos Sobre Vigilância, Tecnologia e Sociedade, Bruno Bioni também defendeu a criação de uma instituição independente. Para ele, a entidade não só deveria ter poderes para aplicar a legislação e sanções aos infratores, como deveria atuar de forma preventiva e no incentivo ao bom comportamento.

— Hoje em dia, com o aumento do volume e da variedade de informações, o cidadão, sozinho, não pode fazer valer seus direitos. Por isso, é necessária a criação de um órgão com expertise, que possa equilibrar essa assimetria — afirmou.

Ricardo Ferrazo disse que está se inspirando em normas internacionais, como a nova lei de proteção de dados da União Europeia, que entra em vigor em maio. Segundo ele, o desafio é fazer um texto que se valha da boa experiência internacional, com a preservação da privacidade sem inibir atividades econômicas e inovação tecnológica.

— Internet não pode ser terra de ninguém. É tarefa do Congresso legislar em defesa da sociedade. Precisamos assegurar que informações pessoais não sejam contrabandeadas e caiam nas mãos de terceiros. O acesso a internet não representa apenas diversão ou entretenimento, propicia inclusão social, co-

nhecimento e exercício da cidadania. É ferramenta de avanço social e tecnológico. Não é razoável deixar que esta ferramenta seja alvo de limitação ou de uso inadequado.

O PLS 330/2013 está sendo discutido no momento em que o Facebook está no centro de um escândalo mundial causado pelo vazamento de dados de mais de 80 milhões de pessoas.

Valadares afirmou que, desde agosto de 2013, quando apresentou o projeto, já havia percebido a importância de um marco legal. De lá para cá, segundo ele, o tema ganhou ainda mais relevância e a lei precisa ser equilibrada, de modo a preservar a privacidade sem prejuízo do funcionamento da internet.

— Sabemos hoje que banco de dados sobre gostos, hábitos e rendas de usuários da internet é um ativo valioso. O marco deve prevenir abusos e coibir o uso ilícito de dados pessoais. Por outro lado, os gestores desses dados precisam de limites seguros para seus modelos de negócios — opinou.

Esse equilíbrio também foi defendido por outros participantes do debate, como o advogado e especialista em negócios digitais Márcio Cots, para quem seria infantilidade pensar que a limitação do uso de dados não vá ter impactos econômicos.

Prazo

Ricardo Ferrazo informou que pretende concluir seu voto e apresentá-lo à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) dentro de no máximo 15 dias. Os demais participantes da sessão temática devem encaminhar ao relator suas contribuições.

Plenário terá homenagens a ex-senador e pessoas autistas

Os senadores aprovaram ontem a realização de duas sessões especiais e uma temática no Plenário.

Em 4 de maio será realizada sessão especial para homenagear o centenário de nascimento do ex-senador, ex-deputado federal, advogado e jornalista goiano Emival Ramos Caiado.

O requerimento é de autoria de Vicentinho Alves (PR-TO). Ele lembra que, como deputado federal, Emival foi autor da lei que fixou a data de mudança da capital brasileira do Rio de Janeiro para Brasília. Além disso, Vicentinho registra que Emival foi relator dos principais projetos que estruturaram Brasília, auxiliando também o presidente Juscelino Kubitschek a articular e aprovar a mudança da capital.

Eleições

Em 9 de maio será a vez da sessão destinada a debater o tema “A paz no processo eleitoral”. A reunião foi requerida por Cristovam Buarque (PPS-DF). Ele pede que sejam convidados para o debate o professor de ética e filosofia política da Universidade de São Paulo (USP) Renato

Janine Ribeiro, o ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ayres Britto, as cientistas políticas Lucia Hippolito e Ilona Szabó e o assessor da Fundação Astrojildo Pereira Tibério Canuto.

Já a sessão especial em comemoração ao Dia do Orgulho Autista será realizada no Plenário em 18 de junho. A homenagem foi requerida por Randolfe Rodrigues (Rede-AP), Davi Alcolumbre (DEM-AP), Cristovam Buarque, Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), Alvaro Dias (Pode-PR), Valdir Raupp (PMDB-RO), Ivo Casol (PP-RO) e José Medeiros (Pode-MT).

Orgulho autista

Para justificar o pedido, Randolfe afirma que o Dia do Orgulho Autista, comemorado em 18 de junho no Brasil, visa ajudar a mudar a visão que a sociedade tem em relação ao autismo, tirando o viés negativo de “doença”. “Assegurar que as pessoas com autismo não são doentes, mas sim que elas possuem algumas características próprias que lhes trazem desafios e recompensas únicas, é a essência da comemoração”, diz o senador.

Cássio diz que Aécio se defenderá e que a lei é para todos os cidadãos

O presidente em exercício do Senado, Cássio Cunha Lima, afirmou que a lei é para todos e que, na República, ninguém está imune a investigação. A afirmação foi feita no final da tarde de ontem, depois que o senador Aécio Neves (PSDB-MG) se tornou réu no Supremo Tribunal Federal (STF), sob acusação de corrupção passiva e obstrução de Justiça.

Para Cássio, é preciso respeitar o direito de defesa, o processo legal e o contraditório. Ele também disse que o PSDB vê com naturalidade as decisões do Judiciário, pois sempre


defendeu a independência das investigações, como forma de amadurecimento das instituições e da democracia.

De acordo com o senador, é importante que o Judiciário tenha a garantia de funcionar dentro de suas competências legais. Ele destacou, no entanto, que a investigação não pode ser confundida com a condenação prévia e que Aécio se defenderá diante do STF.

— Estamos construindo um Brasil onde a lei e a Justiça devem servir para todos. Portanto, é preciso acatar a decisão do Supremo.

HÁ 30 ANOS

Constituinte concede autonomia ao Judiciário e ao Ministério Público



Os constituintes decidiram conceder autonomia administrativa e financeira ao Poder Judiciário e ao Ministério Público, anunciava o *Jornal da Constituinte* de 18 de abril de 1988. Outra inovação foi a criação dos juizados de pequenas causas, da Justiça de Paz, da Justiça Agrária e da Advocacia-Geral da União. A Constituinte resolveu ainda que seriam criados os tribunais regionais federais para julgar os recursos de segunda instância.

Veja esta edição do *Jornal da Constituinte*: <http://bit.ly/JornalConstituinte43>

Comissão aprova fim de selo para alimentos transgênicos

Projeto, que segue à análise de outro colegiado, libera produto alimentício de exibir na embalagem o triângulo amarelo que indica ao consumidor a presença de organismo geneticamente modificado

O FIM DA obrigatoriedade do rótulo com a informação sobre a presença de transgênicos em produtos alimentícios foi aprovado ontem na Comissão de Meio Ambiente (CMA). O texto (PLC 34/2015) determina a retirada do triângulo amarelo com a letra T, que hoje deve ser colocado nas embalagens dos alimentos transgênicos.

A análise do projeto será feita agora pela Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC).

O relator na CMA, Cidinho Santos (PR-MT), entende que a simbologia utilizada no Brasil pode ser mal interpretada, tanto por consumidores quanto por setores importadores. O senador argumentou que uma análise científica rigorosa sobre os transgênicos é o melhor caminho para que se afaste o



Relator, Cidinho Santos avalia que símbolo pode ser mal interpretado

medo em torno deles.

— A despeito dos alimentos transgênicos serem uma realidade há mais de 15 anos no mundo, ainda não há registros de que sua ingestão cause danos diretos à saúde humana. Não existe um registro sequer.

O senador lembrou que, apesar da eliminação do triângulo amarelo com a letra T, os produtos com quantidade

superior a 1% de transgênicos em sua composição ainda deverão ser identificados por meio de expressões como “(nome do produto) transgênico” ou “contém (nome do ingrediente) transgênico”, de forma legível no rótulo. Com isso, fica preservado o direito do consumidor à informação, segundo o entendimento do senador.

Plástico poderá ser banido de copo e prato descartável

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) aprovou ontem um projeto que prevê a retirada gradual do plástico da composição de pratos, copos, bandejas e talheres descartáveis.

Em até dez anos, o plástico deverá ser substituído por materiais biodegradáveis em itens destinados ao acondicionamento de alimentos prontos para o consumo, determina o PLS 92/2018. Segundo o texto, a substituição deve ocorrer em 20% dos utensílios no prazo de dois anos após a vigência da lei. A exigência subirá para 50% após quatro anos, para

60% após seis anos, e para 80%, após oito anos. Após dez anos, deverá ser banido.

A autora, Rose de Freitas (PMDB-ES), diz que o destino final de grande parte dos itens que usamos ao fazer um lanche num fast-food ou tomar uma bebida “são os rios, lagos e oceanos, comprometendo o equilíbrio ecológico de maneira extremamente grave”.

Mesmo amostras de água tratada, em diversos países do mundo, disse, demonstram a contaminação por microplásticos. “Isso significa que os sistemas convencionais

não são eficazes em retirar resíduos de plástico e que, portanto, estamos ingerindo plástico diariamente”, afirma na justificativa do projeto.

O relator, José Medeiros (Pode-MT), ressaltou os danos ao meio ambiente, considerando a extração do petróleo (matéria-prima do plástico), o refino e o descarte do produto. Ele lembrou que o tempo de degradação dos materiais de origem petroquímica chega a centenas de anos.

O projeto segue agora para análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Proposta permite a jovens antecipar teste para CNH

Jovens com menos de 18 anos poderão antecipar etapas do processo para obtenção da carteira de motorista. A pauta de hoje da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) inclui um projeto que altera o Código de

Trânsito Brasileiro para permitir que algumas exigências, como aulas teóricas e o exame psicotécnico, possam ser cumpridas três meses antes de o candidato completar 18 anos.

O PLS 58/2017, de Dário Ber-

ger (PMDB-SC), também admite antecipação para mudar a habilitação para as categorias D e E, que exigem idade mínima de 21 anos. O relator, Roldão Rodrigues (Rede-AP), deu parecer favorável à aprovação.

Sistema de inteligência contribui com agropecuária, diz especialista

O chefe da Embrapa Territorial, Evaristo Miranda, disse em debate na Comissão de Agricultura (CRA) que, mesmo ocupando uma parcela relativamente pequena do território nacional, a agropecuária brasileira avançou, graças ao desenvolvimento de um sistema de inteligência territorial que tem atraído atenção internacional e facilitado o investimento privado.

— Isso é a agricultura real. Agricultura que está vinculada à tecnologia. E está tendo muito investimento privado agora em logística. Isso vai evoluir muito — afirmou.

Ferramenta desenvolvida pela Embrapa, o Sistema de Inteligência Territorial Estratégica da Macrologística Agropecuária integra dife-

rentes bancos de dados com informações sobre áreas de produção, gargalos e oportunidades de investimentos em logística. O objetivo é identificar rotas e modais de transporte para escoar a produção. Ana Amélia (PP-RS), que pediu a audiência, afirmou que há pouca informação confiável na questão do marco territorial e da ocupação dos espaços.

— Isso permite o uso indevido de um discurso ideológico que acaba por contaminar um debate que deveria ser feito com base na realidade e no bom senso — disse.

Ana Amélia também enfatizou o papel do agricultor no crescimento econômico. O agronegócio representou mais de 21% do PIB brasileiro em 2017.



Ana Amélia e Evaristo Miranda debatem macrologística do agronegócio

Ana Amélia teme fim da importação de frango pela UE

A possibilidade de a União Europeia suspender a importação da carne de frango brasileira foi alertada por Ana Amélia (PP-RS). Segundo a senadora, caso o governo brasileiro não tome providências em defesa de sua produção agropecuária o prejuízo será “inominável” e “insustentável”.

Ana Amélia questionou os critérios na fiscalização sanitária do produto brasileiro, opinando que a preocupação com a saúde do consumidor é um pretexto da União Europeia para exercer uma política protecionista.

— Um governo sério precisa reagir à altura disso.

Cidinho reclama de barreiras impostas por europeus

Cidinho Santos (PR-MT) informou que esteve na Europa com o ministro da Agricultura, Blairo Maggi, para tratar das dificuldades às exportações brasileiras, especialmente de carnes de aves.

— E não é só o frango. A exportação de pescados para a União Europeia, que é importante para o Nordeste, está suspensa por este grupo que não quer que o Brasil venda para lá. Pergunto aos colegas do Nordeste: o pescado de lá é não é de boa qualidade? Já reclamaram da lagosta do Ceará ou do camarão do Rio Grande do Norte? Mas a cúpula de Bruxelas diz que o europeu não pode escolher.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burler
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

BR-364 terá 50 km de terceira faixa, diz ministro

Valter Casimiro informou que já está contratada a obra nos trechos da rodovia que passam por Rondônia. Senadores e debatedores destacaram importância de priorizar a qualidade dos projetos

O MINISTRO DOS Transportes, Portos e Aviação Civil, Valter Casimiro Silveira, concordou com argumentos de que a situação da rodovia BR-364 não é satisfatória. Ele informou que já está contratada a obra de execução de 50 quilômetros de terceira faixa nos trechos que passam por Rondônia. O ministro participou de audiência pública ontem na Comissão de Infraestrutura (CI).

— Cessando o período de chuvas, iniciaremos com toda a força a recuperação da rodovia, pois não falta recurso. Não é duplicação, mas garante a segurança na questão de ultrapassagem e no fluxo de caminhões na BR — disse.

A contratação de manutenção prevê a execução de 50 quilômetros de terceiras faixas em Rondônia. São 22 quilômetros no trecho de Pimenta Bueno a Ariquemes, 20 quilômetros

de Vilhena a Pimenta Bueno e 8 quilômetros de Presidente Médici a Jaru.

A BR-364 tem início em Limeira (SP), passa por Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Rondônia e acaba no extremo oeste do Acre. Por sua extensão, a rodovia é de fundamental importância para o escoamento da produção das Regiões Norte e Centro-Oeste. Segundo Casimiro, o objetivo agora é investir nas obras de ampliação das terceiras faixas e, depois, no processo de privatização da rodovia.

Duplicação

Os participantes da audiência avaliaram que a solução para os problemas da BR-364 está em priorizar a qualidade dos projetos de infraestrutura.

Para Valdir Raupp (PMDB-RO), autor do requerimento da audiência, o governo demora



Valter Casimiro, ao lado do presidente da comissão, Eduardo Braga, fala sobre recuperação prevista de rodovia

muito no desenvolvimento de projetos de infraestrutura.

— Há cinco ou seis anos, o presidente da China anunciou a disposição de investir US\$ 50 bilhões em projetos de logística e infraestrutura no nosso país. O Brasil não deu conta de apresentar os projetos necessários para esse recurso e, de fato, pouco foi investido.

Acir Gurgacz (PDT-RO) disse que é preciso que o governo

tome uma providência rápida e clara a respeito da duplicação.

— Se hoje temos engarrafamento de caminhões ao longo da BR, imagina daqui a dez anos, quando a produção de grãos vai estar aumentada em quatro vezes — questionou.

Segundo Raupp, se fosse concedida a duplicação por concessão de 30 anos, a concessionária só começaria a fazer a duplicação da BR depois de 10

anos. Para ele, não compensa privatizar a rodovia.

— Se a bancada federal colocar 200 milhões por ano, em dez anos o governo faria 670 quilômetros de duplicação. Cada quilômetro custaria R\$ 3 milhões. Por que a gente vai dar uma concessão para uma empresa cobrar pedágio por dez anos e depois de dez anos começar a duplicar um quilômetro de estrada?

Senado aprova empréstimo para o município de Santo André

O Senado aprovou a contratação de empréstimo no valor de até US\$ 25 milhões para Santo André (SP). Os recursos virão do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e serão usados no Programa de Mobilidade Urbana Sustentável, com contrapartida

do município no mesmo valor.

O crédito deverá ser investido em obras de infraestrutura do programa, como a estruturação de corredores de transporte por meio da criação de faixas exclusivas de coletivos e a reestruturação das calçadas e áreas de circulação de pedes-

tres e meios não motorizados.

— São dois viadutos, corredores de ônibus, ciclovia, uma mudança bastante importante na característica da mobilidade da cidade — comemorou o prefeito de Santo André, Paulo Serra (PSDB), que acompanhou as votações.

A amortização da dívida deverá ser feita em até 234 meses, com prazo de carência de até 66 meses. O empréstimo será garantido pela União. Antes de ir a Plenário, também ontem, a contratação do empréstimo foi autorizada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Incentivos para Sudam e Sudene poderão ser prorrogados até 2023

Proposta que prorroga incentivos fiscais para empresas instaladas nas áreas de atuação das Superintendências do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e do Nordeste (Sudene) foi aprovada ontem pela Comissão Assuntos Econômicos (CAE) em caráter terminativo. Se não houver recurso para análise em Plenário, segue para a Câmara.

O PLS 656/2015, de Eunício Oliveira (PMDB-CE), amplia de 2018 para 2023 o prazo para que empresas com projetos aprovados na Sudam e na Sudene tenham direito à redução de 75% do Imposto de Renda.

Para Eunício, na vigência do incentivo fiscal, muitos empreendimentos foram implantados, contribuindo com a criação de empregos e o desenvolvimento das regiões.

No entanto, segundo o senador, o fim do prazo preocupa os empresários, que temem não haver tempo hábil para a aprovação de seus projetos de investimento.

O relator na CAE, Armando Monteiro (PTB-PE), é favorável à prorrogação e propôs uma alteração do texto para permitir que as empresas possam usar como capital de giro metade do valor aplicado como reinvestimento.

Reinvestimento é um incentivo fiscal que permite às empresas da área da Sudam e da Sudene usar em modernização ou compra de equipamentos 30% do Imposto de Renda devido.

Centro-Oeste

Simone Tebet (PMDB-MS) apresentou emendas para incluir Goiás e Mato Grosso do Sul. Os senadores Waldemir Moka (PMDB-MS), Wilder Moraes (PP-GO) e Wellington Fagundes (PR-MT) comemoraram a inclusão dos estados no acesso ao benefício, já que são importantes para a produção agrícola e o Fundo Constitucional do Centro-Oeste é um dos poucos programas que os beneficia.

Armando acatou a alteração proposta por Simone.

Comissão analisa prioridade para conclusão de obras inacabadas

A Comissão de Transparência e Fiscalização (CTFC) analisa hoje projeto de Rose de Freitas (PMDB-ES) que busca reduzir o número de obras de saneamento básico inacabadas no país. O objetivo é dar preferência na alocação de recursos para obras já com 70% do orçamento executado ou mais.

Para Rose, o PLS 326/2017 vai beneficiar as pessoas e coibir o desperdício.

“Lamentavelmente, ainda proliferam em nosso país obras inacabadas, cuja execução se prolonga indefinidamente ao longo dos anos e, muitas vezes, resulta em puro e simples abandono”, justifica.

Rose entende que o saneamento básico “é uma das políticas públicas mais relevantes para a nação brasileira, pois beneficia simultaneamente a saúde pública, o meio ambiente e o desenvolvimento urbano”. O projeto altera a Lei 11.445, de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento.

Em relatório favorável à pro-

posta, Simone Tebet (PMDB-MS) observa que o contingenciamento de recursos, feito por cortes lineares, causa muitas vezes a perda de verbas já investidas, devido à deterioração das obras inacabadas.

Após a CTFC, a proposta vai à Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR), para decisão final.

Senhas

Outra proposta em pauta é o PLS 545/2013, que proíbe a retenção de senhas de atendimento ou documentos que comprovem o horário de chegada do consumidor à empresa do fornecedor. O texto de Vicentinho Alves (PR-TO), obriga ainda que o documento tenha registrado o horário da chegada do cliente.

O relator, Wilder Moraes (PP-GO), é favorável ao texto. Ele afirma que, em diversos serviços — como na rede bancária e lotérica — os consumidores, em especial os mais humildes, têm sido submetidos a filas demoradas e a outras humilhações.

Gurgacz comemora contratação de manutenção da BR-364

Acir Gurgacz (PDT-RO) comemorou o anúncio do Ministério dos Transportes de contratação de obras de manutenção da BR-364, no trecho entre Vilhena e Porto Velho.

Segundo o senador, o aumento do tráfego de carretas na rodovia indica o aumento de produtividade. Só que nem sempre esse ponto positivo vem acompanhado de investimento, pelo governo, em melhorias na infraestrutura de transporte, disse o senador.

José Medeiros pede reinício das obras da rodovia BR-163

José Medeiros (Pode-MT) criticou ontem a paralisação de obras em razão da Operação Lava-Jato, em especial na BR-163, e apelou ao Ministério dos Transportes e à Casa Civil da Presidência da República para que substituam a Medida Provisória 800/2017, que permitiu a celebração de aditivos aos contratos com as concessionárias da rodovia e expirou sem que fosse votada pelo Congresso.

— Simplesmente parou-se tudo e a rodovia está lá sem ser duplicada.

Acordo garante ligação do Brasil com Pacífico

Ponte a ser construída sobre o Rio Paraguai, na fronteira de Mato Grosso do Sul com o país vizinho, faz parte do Corredor Bioceânico, que deve ajudar nas exportações

O SENADO APROVOU ontem proposta que permite a construção de uma ponte rodoviária entre Brasil e Paraguai. A ponte, sobre o Rio Paraguai, faz parte do chamado Corredor Bioceânico, e ligará as cidades de Porto Murtinho, em Mato Grosso do Sul, e Carmelo Peralta, no Paraguai. A obra deverá ser custeada em partes iguais pelos governos das duas nações.

O ato internacional (PDS 17/2018) foi firmado em Brasília, em 8 de junho de 2016, e inicialmente aprovado pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, por tratar de interesse daquele bloco regional. O projeto vai à promulgação.

Pelo texto, cada país ficará responsável pelas respectivas obras complementares, os acessos à ponte e postos de fronteira, arcando, além disso, com os custos referentes às desapropriações necessárias à implantação das obras em seus respectivos territórios.



Ponte sobre o Rio Paraguai faz parte do projeto de integração ao Pacífico por meio de um corredor rodoviário

Na Comissão de Relações Exteriores (CRE), o relator foi Pedro Chaves (PRB-MS), que defendeu o empreendimento, afirmando ser uma reivindicação antiga dos setores produtivos ligados ao agronegócio.

— O Corredor Bioceânico vai reduzir em 8 mil quilômetros a rota na exportação de produtores de Mato Grosso do Sul e de outros estados

do Centro-Oeste para a Ásia, quando comparado com o escoamento realizado pelos portos do Sudeste e do Sul do Brasil — explicou.

A ponte vai integrar o Brasil com o Oceano Pacífico por um corredor rodoviário que liga a fronteira sudeste de Mato Grosso do Sul com os portos ao norte do Chile, como ressaltou Waldemir Moka (PMDB-MS).

— Nós brigamos muito por isso e acho que agora estamos chegando à fase final. E a bancada federal priorizará uma emenda de bancada para a metade do custo, já que a outra metade caberá ao Paraguai — comemorou o senador.

Simone Tebet (PMDB-MS) lembrou que é um desejo de, pelo menos, duas décadas da região.

Comissão debate hoje rota rodoviária para integração latina

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) promove hoje, às 14h, audiência sobre a proposta de uma rota de integração latino-americana, de Mato Grosso do Sul aos portos do Chile. A iniciativa é de Simone Tebet, que defende a rota como uma forma de os produtos brasileiros chegarem aos portos chilenos do Pacífico.

Foram convidados o coordenador de Assuntos Econômicos Latino-Americanos e Caribenhos do Itamaraty, João Carlos Parkinson de Castro, o embaixador do Paraguai, Manuel María Cáceres, e o ex-secretário de Infraestrutura de Mato Grosso do Sul Ednei Marcelo Miglioli.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

Projeto exige uso de detectores de metal em estádio

O uso de detectores de metal e a gravação contínua de imagens em eventos de qualquer natureza realizados em ginásios e estádios esportivos pode se tornar obrigatório. É o que está previsto em proposta aprovada ontem na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). O texto segue para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Do deputado Jorginho Mello (PSDB-SC), o projeto (PLC 67/2017) tratava inicialmente da instalação de equipamentos de segurança para os jogos da Copa do Mundo de 2014. O texto, no entanto, foi ampliado.

As medidas foram estendidas para estádios com capacidade acima de 10 mil lugares e ginásios esportivos acima de

5 mil lugares, e não apenas para futebol, mas para outras modalidades esportivas e culturais. A proposta também se limitava a cidades com 500 mil habitantes, mas a obrigação passou a valer para qualquer cidade. Os locais têm um ano da data de edição da lei para se adaptar às novas exigências.

Na CE, o texto foi relatado por Dário Berger (PMDB-SC). O senador observou que o projeto ainda é pertinente.

— O tema da segurança em eventos esportivos requer a máxima atenção do Parlamento. Não é raro nos depararmos com cenas de selvageria envolvendo torcedores em locais de realização de competições esportivas. Apesar de a legislação brasileira prever penas para

casos de violência em estádios, muitas vezes elas deixam de ser aplicadas pela dificuldade em se identificar os agentes desses lamentáveis fatos — afirmou.

O relator argumentou que a instalação de detectores de metais nos estádios vai inibir a entrada de armas e objetos que possam ser utilizados em atos de violência.

Audiências

A CE aprovou também três requerimentos apresentados por Cristovam Buarque (PPS-DF), de audiências para debater a educação digital como meio de prevenção aos crimes cibernéticos, a crise financeira das universidades federais e a percepção social acerca da qualidade da educação.

Parlamentares de Roraima criticam governo federal

Os parlamentares de Roraima que integram a comissão mista que examina a Medida Provisória 820/2018 criticaram ontem em audiência pública o atraso do governo federal em assumir sua responsabilidade pelo gerenciamento da crise dos imigrantes venezuelanos.

A MP criou o Comitê Federal de Assistência Emergencial para unir as ações de 12 ministérios no atendimento aos quase 100 mil venezuelanos que chegaram ao Brasil pela fronteira de Roraima. Entretanto, os gastos com o enfrentamento da crise têm sido feitos em sua maioria pelo governo de Roraima, segundo

Ângela Portela (PDT-RR).

— A crise começou em 2014 e somente agora o governo federal se mobilizou. Por isso a governadora de Roraima, Suely Campos, chegou a pedir o fechamento das fronteiras.

O deputado Remídio Monai (PR-RR) afirmou que a relação com os venezuelanos vem se deteriorando.

— O desespero da fome tem levado ondas de venezuelanos a invadirem casas e comércios, o que tem prejudicado os brasileiros.

O contra-almirante Paulo Ricardo Finotto Colaço disse que as Forças Armadas estão organizando acampamentos.

— Estamos construindo em Pacaraima e Bela Vista estruturas de água e esgoto, fornecendo alimentação e realizando atendimentos médicos.

O deputado Jhonathan de Jesus (PRB-RR), relator da MP, disse que as Forças Armadas estão realmente trabalhando na crise, “mas os outros ministérios praticamente nada fizeram”. Os parlamentares afirmaram que o governo federal está usando o dinheiro das emendas parlamentares para a crise, em vez de aportar verbas extras. Com isso, os serviços de saúde de Roraima estão sendo estrangulados.

Senadores visitam Lula em Curitiba e lamentam isolamento

Os 11 senadores que participaram da diligência da Comissão de Direitos Humanos (CDH) à Superintendência da Polícia Federal em Curitiba, ontem, reconheceram que as instalações onde o ex-presidente Lula está preso são adequadas, mas lamentaram o isolamento do petista.

Ao determinar as regras sobre a prisão do ex-presidente Lula, o juiz federal Sérgio Moro decidiu conceder o regime geral de visitas da carceragem da Polícia Federal, o que significa que o petista só pode ser visitado por advogados e parentes de primeiro grau.

A diligência foi aprovada pela comissão na semana passada com o objetivo de verificar as condições da prisão e dos demais detidos no local e foi autorizada pela juíza federal da 12ª Vara da Subseção Judiciária de Curitiba, Carolina Moura Lebbos.

Família e amigos

O relatório sobre a visita, que será feito pelo senador João Capiberibe (PSB-AP), deve ser apresentado hoje, informou a presidente da CDH, Regina Sousa (PT-PI).

— Uma das reivindicações é que Lula receba mais visitas. Em dez dias essa é a terceira visita que ele recebe. Não vale dizer que recebe advogados, porque advogado só conversa sobre direito, sobre processo. Ele precisa receber pessoas

com quem ele converse sobre outras coisas. Mas as condições da cela estão dentro da normalidade — disse a senadora.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), que acompanhou a visita, afirmou que, por lei, o ex-presidente tem direito a receber amigos e familiares com frequência e disse que a comissão vai buscar que a regra se aplique a Lula.

— A lei é clara e é para todos. É uma imposição ao juízo e um direito de quem está detido receber visitas, além de parentes e de amigos, o que lhe está sendo negado. Então acho que temos uma grande tarefa pela frente: ver como se reverte essa situação.

Saúde

Lindbergh Farias (PT-RJ) comentou a aparência de tranquilidade e força do ex-presidente. Ainda assim, o senador disse temer que o isolamento possa prejudicar a saúde psicológica de Lula.

— Ele está como numa solitária. Só recebe o advogado, e a família uma vez por semana. Eu acho que vai ter um problema de saúde se isso não for resolvido — observou.

Também participaram da visita Fátima Bezerra (RN), Gleisi Hoffmann (PR), Humberto Costa (PE), José Pimentel (CE), Paulo Paim (RS) e Paulo Rocha (PA) — todos do PT — e Lídice da Mata (PSB-BA).